

• DIAGRAMA •

CEFET-MG é notícia

COTAS NAS UNIVERSIDADES: HISTÓRIA, POLÊMICA E BANCAS DE AFERIÇÃO EM PAUTA DENTRO E FORA DO CEFET-MG

PÁGINAS 6 A 9



• VIVÊNCIA •

Ex-aluna é primeira mulher no Brasil a comandar unidade aérea do Corpo de Bombeiros

página 2

• MEMÓRIAS AFETIVAS •

Como o CEFET-MG é capaz de marcar trajetórias de vida, pessoal, profissional e acadêmica

páginas 4 e 5

• DIPLOMACIA SE APRENDE •

Jovens alunos simulam Comitês da ONU para discussão de temas globais

página 12

Origem ou cor da pele

No Brasil o preconceito é de “marca, e não de origem”. Não se estabeleceu no Brasil pelo Estado branco, machista e racista os critérios utilizados pelos brancos do outro lado do oceano Atlântico, igualmente machistas e racistas, posto que para os estadunidenses, ensinados pelos britânicos e alemães, ascendência sempre foi fundamental. Origem, ascendência. Isso levou ao estabelecimento, nos Estados Unidos, que uma pessoa com até 1/8 de “sangue negro” fosse considerada negra, no *matter what*. Ao contrário, o que se institucionalizou na América Latina e no Brasil, sobretudo, foi a democracia racial e a ideologia do embranquecimento, ou o colorismo (quanto **menos negro** melhor, mais inteligente e mais bonito).

No contexto da Lei nº 12.990/2014, as Bancas de Verificação de Cor/Etnia no CEFET-MG, assim como em outras Instituições de Ensino Superior, para validar as informações sobre cor/etnia prestadas pelos candidatos que se autodeclararam negros (pretos ou pardos), utilizam-se única e exclusivamente do fenótipo como base para análise e verificação. O que orienta a aferição de cor/etnia não é a ascendência do candidato, ou seja, quem são os seus avós ou bisavós, mas as características físicas – o fenótipo do candidato. Entende-se por fenótipo um conjunto de características, predominantemente a cor da pele, a textura dos cabelos, a fisionomia/formato do rosto, que combinados ou não, permitem deferir ou indeferir a autodeclaração de candidatos que se consideraram negros.

A Banca tem a responsabilidade e o compromisso de fazer justiça, reconhecendo que, conforme afirmou Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala”, os brancos tendem a ter uma baixa consciência racial. Um daltonismo, talvez, que pode se exacerbar e os fazer desejar ter, quem sabe, 1/8 de “sangue negro”, em um momento tão crucial... Mas, no Brasil, esta fórmula nunca foi aplicada. Aqui se utilizou e se utiliza de um racismo muito violento contra os negros, e cruel, porque este se mascara de democrático, meritocrático e culpa a população negra por seu desemprego, falta de acesso à educação de qualidade e mortalidade. Muitos candidatos brancos tentam convencer a Banca de Verificação, quem sabe por um instante, que as questões raciais no Brasil são “confusas” e que é muito difícil saber quem é branco e quem não é. No entanto, o que estamos buscando nesse processo de heteroidentificação é identificar as pessoas negras. Não há nenhuma confusão. Estamos todas/os conscientes. É o alvorecer do século XXI.

Boa leitura!

Silvani Valentim

Ph.D em Educação, Temple University, EUA.

Professora do CEFET-MG e coordenadora-geral de Gênero, Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidades (CGRID) na mesma Instituição.

• EXPEDIENTE •

Diretor-Geral Prof. Flávio Antônio dos Santos	Secretário de Comunicação Social Luiz Eduardo Pacheco	Projeto Gráfico e Diagramação Brígida Mattos	Gráfica e Editora Mafali Tel. (31) 3476-6566
Vice-Diretora Prof.ª Maria Celeste Monteiro de Souza Costa	Editor Gilberto Todescato Telini MTB 18351MG	Equipe de Jornalismo André Luiz Silva Diogo Tognolo Flávia Dias Gilberto Todescato Telini Nívia Rodrigues	Tiragem 4.000 exemplares



Av. Amazonas, 5253 • Nova Suíça • Belo Horizonte • MG • CEP 30.421-169 • Tel. (31) 3319-7004
secom@adm.cefetmg.br | www.cefetmg.br



Nasci em Belo Horizonte, onde sempre estudei em escolas públicas. Ingressei no CEFET em 1991, no Curso Técnico de Eletrônica. No segundo semestre de 1993, com a data da conclusão do curso já bem próxima, foi aberto o primeiro concurso de soldados bombeiros militares destinado a mulheres.

A formação proporcionada pelo CEFET foi decisiva na realização da prova escrita, garantindo a tranquilidade necessária para obter a primeira colocação no concurso e, a partir daí, evoluir na profissão. Como o trabalho dos bombeiros possui muita ligação com as ciências exatas, em especial a física, considero que fui privilegiada ao ter a minha formação no CEFET.

Em 2005 tive a oportunidade de me inscrever no concurso interno que iria selecionar os primeiros pilotos de helicópteros da Corporação, para atuação nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndios, busca e salvamento e defesa civil. E, mais uma vez, as provas exigiram muitos conhecimentos de física e matemática (para minha alegria!!!).

Fui aprovada em primeiro lugar no concurso, fiz o curso de pilotos e, em 2017, assumi o comando do Batalhão de Operações Aéreas, sendo a primeira mulher no Brasil a comandar uma unidade aérea do Corpo de Bombeiros Militar.

E até nisso o CEFET me ajudou! Na época, o curso de Eletrônica possuía, em média, 30 alunos por turma, sendo aproximadamente três mulheres em cada uma. Muito semelhante à composição do efetivo militar, em que há aproximadamente 10% de mulheres. Então, desde o ensino médio, já fui preparada para a convivência em um ambiente majoritariamente masculino, o que em muito favoreceu o relacionamento no meio militar.

Daniela Lopes Rocha da Costa,
Tenente-Coronel Bombeiro Militar, ex-aluna do CEFET-MG

CEFET-MG forma primeiro estrangeiro na graduação por meio de convênio federal

Cabo-Verdiano ingressou por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

• Nívia Rodrigues •

Estudar num país estrangeiro é desafiador. Estudar num país estrangeiro e ainda ser destaque com mérito é para poucos: foi o que aconteceu com o recém-graduado em Engenharia de Controle e Automação do CEFET-MG *campus* Leopoldina, Janito dos Santos Ramos. Natural de Cabo Verde, Janito é o primeiro graduado na Instituição após ingresso pelo Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Na República do Cabo Verde, composta por ilhas localizadas no Oeste da África, não existe o curso de Engenharia de Controle e Automação. E, após receber indicações para estudar no Brasil e na China, Janito optou pelo país sul-americano devido à qualidade das universidades e do ensino, além da maior facilidade de adaptação. “Antes de ser selecionado, nunca tinha ouvido falar do CEFET-MG. Logo comecei a pesquisar e consegui contato com alunos que estudavam aqui. Com as informações obtidas, tive certeza que queria vir estudar no Brasil”, explica.

Janito conta que a adaptação, inicialmente, foi difícil, já que era o único aluno estrangeiro no *campus*. Depois, o ambiente acolhedor e hospitaleiro facilitou o processo e logo já conheceu a cidade, fez amigos e adquiriu confiança para realizar o curso. A adaptação foi tão bem-sucedida que, em todos os períodos do curso, a partir do segundo, o cabo-verdiano foi contemplado com a Bolsa Mérito e com a passagem de retorno ao seu país, benefícios que são concedidos aos estudantes que demonstrem aproveitamento excepcional. “O que pude verificar é que o CEFET-MG é uma Instituição de referência, que forma ótimos profissionais, com funcionários dedicados e engajados em garantir a qualidade do ensino”, analisa.

Agora, já graduado, Janito pretende adquirir mais experiência na área da Engenharia de Controle e Automação no Brasil e, posteriormente, realizar o mestrado. “O PEC-G é de extrema importância, principalmente para Cabo Verde, porque possibilita a oportunidade

de realizarmos o sonho de estudar em cursos que não existem no meu país, com excelente qualidade e em ótimas universidades”, conclui.



Foto: Humberto Amaral Fotografia

Como funciona o PEC-G?

O programa, desenvolvido pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Educação brasileiros, é um dos mais antigos de cooperação acadêmica no País, criado em 1965. Oportuniza formação superior em universidades públicas e privadas a alunos entre 18 e 23 anos, preferencialmente, de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais. Desde 2013, o CEFET-MG já recebeu 13 estrangeiros pelo programa. No primeiro semestre de 2018, foram dois: Márcio Miranda, do Paraguai, que veio cursar Engenharia Mecatrônica, em Divinópolis e Abdul-Kevin Alexis, de Guiné-Bissau, para o curso de Engenharia da Computação, em Timóteo.

Ao receber os alunos estrangeiros, o CEFET-MG tanto contribui para a formação superior de cidadãos de países em desenvolvimento, quanto para a formação intercultural de seus próprios alunos. “Através da caracterização do ambiente internacional em casa e do contato com outras culturas, vivenciamos novas

perspectivas de mundo, de contextos e de aprendizagem, provocando pensamentos mais globais e inclusivos” enfatiza a secretária de Relações Internacionais, Cristina Carvalho.

Para participar, os interessados devem se inscrever junto às missões diplomáticas brasileiras em seus respectivos países, apresentando documentos como diploma, histórico escolar e comprovante de capacidade econômica, já que o aluno deve ter formas de se manter no Brasil. Aqueles selecionados devem se comprometer a regressar ao país para contribuir com a área em que se graduou.

A secretária-adjunta, Natália Tosatti, acrescenta que, além da contribuição para a formação de lideranças para os países de origem, a participação nos programas colabora para a melhoria da qualidade de nossa graduação e pós-graduação, podendo ser considerado um privilégio a promoção da interculturalidade na sala de aula, nos ambientes institucionais e nos *campi*.

CABO VERDE



Capital: Cidade de Praia
Idioma: português (oficial) e crioulo
Religião: cristianismo (católicos 95,9%, protestantes e outras 4,1%)
Área: 4.033 km²
População: 430 mil
Economia: agricultura e da riqueza marinha
Forma de governo: República parlamentarista
Divisão administrativa: 9 ilhas e 14 condados

Histórias de quem passa e de quem fica

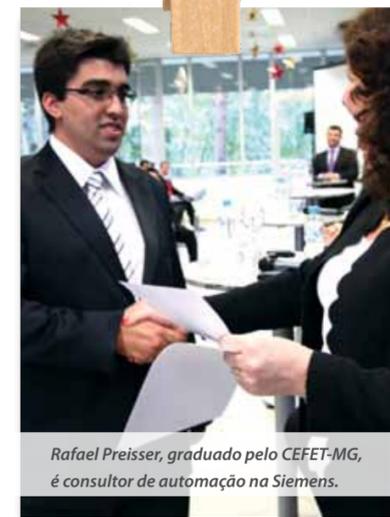
Quatro pessoas contam suas histórias no CEFET-MG e os sucessos que a Instituição ajudou a proporcionar



Maria Luiza Soares, ex-aluna, tirou nota mil na redação do Enem 2017



Hugo Jacob, formado no campus Leopoldina, trabalha na Alemanha, a convite da BMW



Rafael Preisser, graduado pelo CEFET-MG, é consultor de automação na Siemens.



Há três décadas, CEFET-MG marca a trajetória de vida do professor Anselmo Pires

• Diogo Tognolo e Flávia Dias •

Nos mais de cem anos do CEFET-MG, muita gente passou por aqui. Aqui estudaram e fizeram carreiras, amizades. São histórias que dizem de estudantes do ensino técnico, da graduação, pós-graduação e mesmo de servidores... Para entender como o CEFET-MG se fez presente na vida de alguns dos seus membros, o jornal **Diagrama** conversou com quatro pessoas que por aqui passaram. Como um vetor comum na trajetória delas, o tempo que estiveram no CEFET-MG.

Dos livros ao sucesso

Maria Luiza Soares ama livros desde pequena. Ela conta que antes de saber ler já andava com livros nas mãos. "Hoje, tenho o costume de ler uns 2 livros por semana, às vezes, mais, quando tenho tempo", conta a jovem, formada em 2016, em Edificações, no *campus* I. O gosto pela leitura e, posteriormente, pela escrita deu certo: em 2017, foi uma das 53 pessoas de todo o país a atingir a nota mil na redação do Enem.

Maria Luiza conta que a nota mil foi resultado de grande esforço. "Estudar para o ENEM nunca é fácil, é exaustivo física e psicologicamente,

mas chegar no final de tudo e receber uma nota dessa é muito mais que gratificante", explica. A estudante afirma que sua rotina de estudos se deveu muito à disciplina de estudo que adquiriu no CEFET-MG. "A forma como os alunos são tratados faz com que desenvolvamos um certo senso de responsabilidade, dever e disciplina. Isso é fundamental na vida de todo mundo, mas que alguns só desenvolvem depois de ingressarem no ensino superior". Maria Luiza destaca também que as oportunidades de dialogar com os diferentes colegas contribuíram para seu crescimento. "O que eu mais achava interessante no CEFET-MG eram as rodas de conversa sobre os mais variados assuntos. O desenvolvimento da habilidade de saber escutar o outro e os argumentos que eram expostos foram muito marcantes para mim, me ajudaram bastante a embasar meus argumentos".

De Leopoldina para novas conquistas

Não é só a formação acadêmica em Engenharia de Controle e Automação que Hugo Jacob e Rafael Preisser têm em comum. Os dois

finalizaram a graduação no CEFET-MG, *campus* Leopoldina, e estão bem colocados no mercado de trabalho.

Formado na primeira turma, em 2010, Hugo teve interesse pela área ainda criança, estimulado pelos pais. A carreira profissional começou aos 14, quando trabalhou em um provedor de internet; aos 18, começou a graduação no *campus* Leopoldina. Após a graduação, iniciou mestrado em Modelagem Matemática e Computacional no CEFET-MG, em Belo Horizonte. Desde 2016, está na Alemanha, quando foi convidado a trabalhar na BMW. "Eu trabalho na integração de software para Head Unit ('o multimídia do carro'). Eu já havia adquirido razoável experiência com desenvolvimento de produtos que são fabricados em larga escala, mas aqui a escala é muito maior e os critérios são tão ou mais rígidos que um equipamento médico", detalha. Hugo não pretende parar. De imediato quer melhorar no idioma alemão e fazer o doutorado.

Rafael Preisser ingressou na segunda turma, de 2011, e é consultor técnico de automação de processos na Siemens Brasil, em São Paulo. "Estou realizado profissionalmente por trabalhar com Engenharia de Controle e

Automação. Tive a oportunidade de estudar na Universidade Federal de Ouro Preto como mobilidade acadêmica, mas voltei para o CEFET-MG por realmente acreditar na Instituição e nos professores", destaca.

Após seis anos no Departamento de Engenharia de Projetos da Siemens, Rafael está há um ano como consultor de automação, sendo uma virada de carreira mais técnica para uma de negócios. Ele ficou dois meses na Siemens Alemanha, fazendo treinamentos e conhecendo departamentos. Além do trabalho na Siemens, ele é um investidor em *startups*. "Estou na expectativa dos próximos passos. Penso em três linhas que seriam seguir na área de negócios da Siemens Brasil, seguir uma carreira internacional ou me dedicar ao mundo das *startups*".

31 anos de conhecimento

Se Maria Luiza, Hugo e Rafael já vislumbram um futuro melhor por causa de seus cursos na Instituição, o professor Anselmo Pires já pode confirmar as mudanças que o CEFET-MG trouxe para sua vida. Já são 31 anos na Instituição.

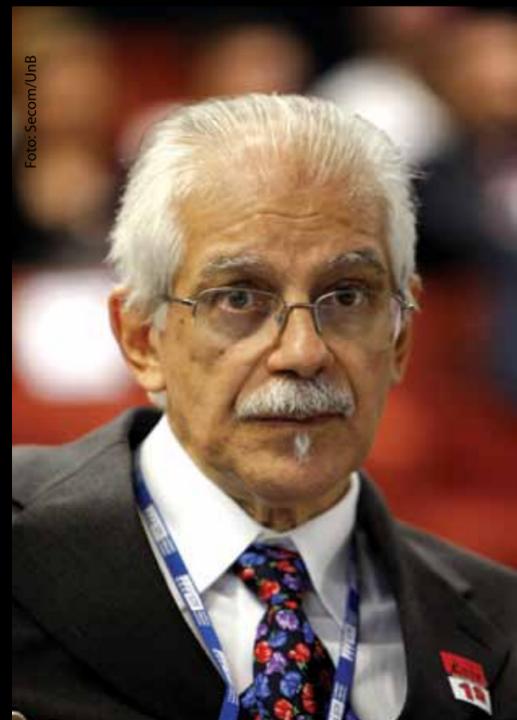
Essa trajetória começou em 1984, quando Anselmo retornou ao Brasil após atuar como mecânico de manutenção de máquinas na construção de uma ferrovia entre o Iraque e a Jordânia. "Passados seis anos sem estudar, apenas trabalhando, não me sentia preparado para prestar o processo seletivo do CEFET-MG", explica o professor, que tinha se formado no Ensino Fundamental em 1978, e atuado como menor aprendiz em uma escola parceira do Senai. "Minha trajetória escolar foi precária até a 8ª série. Não tinha condições econômicas para cursar uma escola particular, meu pai era carpinteiro e minha mãe, lavadeira", lembra Anselmo. "Mas minha experiência profissional na mecânica poderia me dar condições de melhorar minhas condições profissionais e de vida".

Anselmo fez o curso preparatório Pró-Técnico e, em 1985, ingressou no técnico em Eletromecânica. Além das aulas, Anselmo foi bolsista, realizando trabalhos na manutenção dos laboratórios do CEFET-MG e em projetos de extensão da Coordenação de Mecânica. Em 1992, Anselmo Pires prestou concurso para professor na Instituição e, em abril, iniciou as atividades lecionando disciplinas sobre motores

endotérmicos. Paralela à atuação como professor, Anselmo cursou Matemática na UFMG, mas abandonou, iniciando o curso de Normalização e Qualidade Industrial do CEFET-MG.

Em toda a sua atuação, Anselmo viu sua própria experiência como lugar de pesquisa. Formou-se no Programa Especial de Formação de Docentes, mestrado em Educação Tecnológica, ambos no CEFET-MG, e, em 2013, iniciou doutorado na PUC Minas, em Educação e Formação Docente. "Meu tema foi sobre alunos trabalhadores que frequentavam cursos técnicos. O CEFET-MG foi um dos meus campos de estudo, como o IFMG de Ouro Preto" explica.

Contando o tempo como aluno e servidor, Anselmo já soma 31 anos, ou, como ele mesmo coloca "31 anos de convivência, anos de satisfação e de reconhecimento profissional". Hoje, ministrando disciplinas e atuando como subchefe do Departamento de Engenharia Mecânica, o professor vê com carinho suas lembranças na Instituição. "A escolha por permanecer no CEFET-MG se deu devido à crença de que alcançaria uma evolução acadêmica e pessoal, devido à alta qualidade da Instituição. Confesso que não me decepcionei".



“A população negra brasileira foi sempre excluída das instituições de ensino”

José Jorge de Carvalho (UnB)

Em meio às denúncias de fraudes em sistemas de cotas raciais, o **Diagrama** faz um panorama histórico da política e conversa com pesquisadores sobre o assunto

• André Luiz Silva, Gilberto Todescato Telini e Nívia Rodrigues •

Para que uma corrida seja justa, as condições da largada precisam ser as mesmas para todos os competidores. Esse raciocínio ajuda a entender a implantação da política de cotas raciais no Brasil e a desmistificá-las.

Vamos à largada: o ano é 1888. Negros ainda servem aos seus senhores brancos em troca de comida e casa, condições pouco humanas de sobrevivência. Em uma canetada, todos eles passam a ser livres. O que poderia ser motivo de comemoração, na verdade, passou a ser de preocupação: não havia nenhuma política para que eles fossem inseridos de forma digna na sociedade. E, desde então, pouco ou quase nada foi feito para suprir as diferenças socioeconômicas entre negros e brancos. Para se ter uma ideia, atualmente, apenas 12% da população preta têm ensino superior, e o salário desse grupo é metade do da população branca. Então, será que as condições de largada foram justas para que apenas a chegada seja levada em conta?

Para refletir sobre esse assunto, o **Diagrama** abriu diálogo com outras Instituições Federais de Ensino para tratar da política de cotas raciais de uma maneira ampla, além de analisar o que vem sendo praticado no CEFET-MG.

Inclusão por raça nas IFES

1999: as aulas transcorriam naturalmente na Universidade de Brasília (UnB), com salas compostas majoritariamente por brancos, ou completamente branca, lembra o professor José Jorge de Carvalho. Surge um problema: Arivaldo Lima Silva, primeiro aluno negro a ingressar em um doutorado na Instituição, é reprovado em uma matéria obrigatória, com risco iminente de ser desligado do programa. Após dois anos de lutas, o Conselho Superior da UnB reviu a nota dele e reconheceu a injustiça.

Esse fato, ocorrido há duas décadas, fez com que fosse repensado o acesso de alunos negros a espaços hegemonicamente brancos. “Quase todas as pesquisas e análises acerca da ausência de negros nas profissões e nas instituições públicas, ou se iniciaram ou se intensificaram, ou alcançaram maior visibilidade após o Caso Ari”, lembra José Jorge, responsável por um projeto, àquela época, para uma inserção mais justa da população negra aos ambientes acadêmicos, que tem eco até os dias de hoje com as políticas de cotas raciais, nas Universidades e empregos públicos.

Opinião pública

A política de cotas, que, a partir do “Caso Ari”, passaria a tomar forma no Brasil, recebeu críticas dos meios de comunicação. Os argumentos contrários diziam que a reserva de vagas para determinada cor ou etnia era injusta com os demais estudantes, poderia reduzir a qualidade do ensino nas universidades e reforçar o racismo. “Acredito que a posição contrária às cotas da mídia hegemônica infelizmente não mudou muito, e continua influenciando a população”, completa José Jorge.

Ainda de acordo com o pesquisador, há um erro de análise das cotas por parte da população branca, que usa a justificativa da miscigenação para deixar de lado o histórico de um país que aboliu a escravidão sem uma política de reparação. “Enfatiza-se a mestiçagem como se ela significasse algum tipo de integração e igualdade social, avanços que de fato nunca aconteceram. Esse culturalismo confunde uma parte da população, que passa a considerar as cotas uma prática incentivadora da segregação racial, e coloca os negros que demandam as cotas como racistas ao contrário”, completa.

Conflito de realidades

As cotas raciais no Brasil, chamadas de ações afirmativas, deram-se à luz do que já acontecia em outros países, como nos Estados Unidos. Só que com um erro de cálculo. Enquanto, por aqui, os negros representam 50% da população, nas terras americanas não passa de 12%, o que facilitaria, objetivamente, uma política de Estado para uma justiça racial, afirma o professor. Além disso, há faculdades negras nos Estados Unidos desde o século XIX, “enquanto a população negra brasileira foi sempre excluída das instituições de ensino, mantendo índices muito baixos de escolaridade, tendo sido confinada ao ensino fundamental e médio até há apenas duas décadas”, completa. Ainda para o professor, nosso sistema de cotas se parece mais com o da Índia (que foi o primeiro país do mundo a implementar cotas), da Malásia e da África do Sul.

Modelo brasileiro

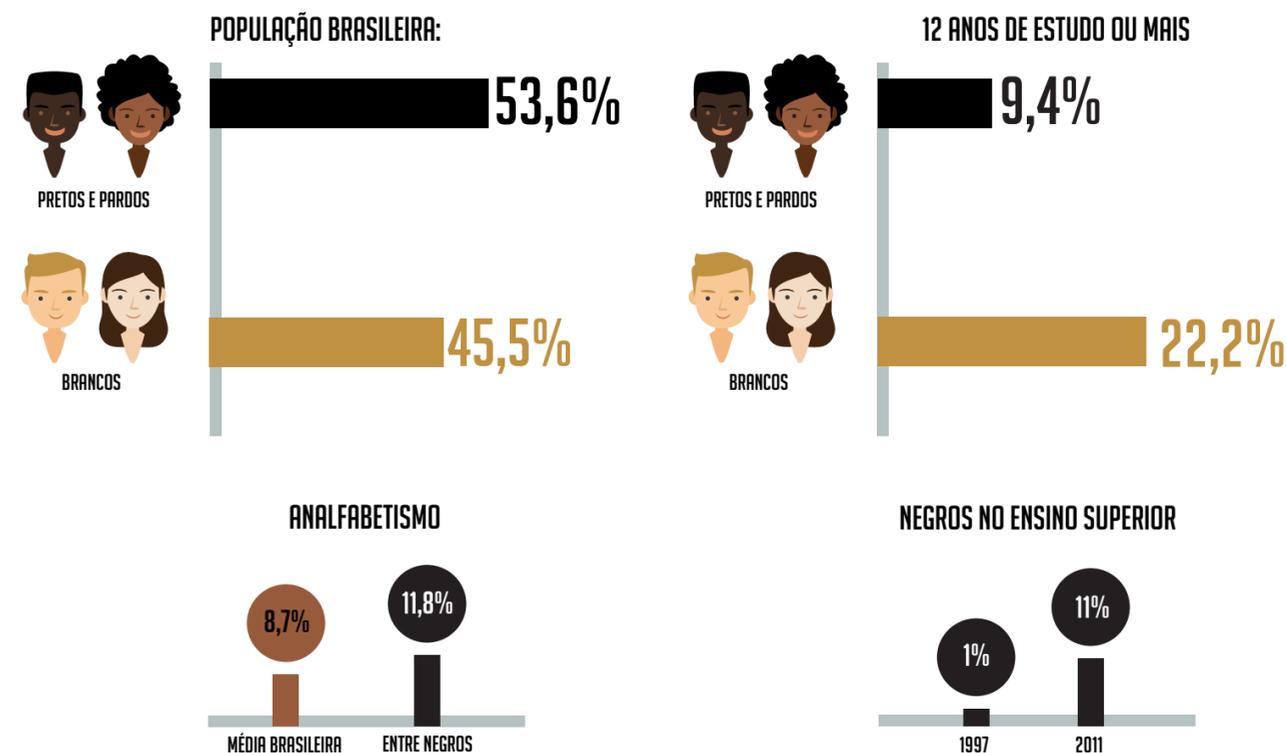
Para tentar dirimir as injustiças sociais, foi adotado o modelo da autodeclaração livre, incondicional e autossuficiente para a inclusão de negros nas universidades. “A adoção desse modelo surgiu de uma compreensão errônea da defesa da autodeclaração para reconhecimento dos povos indígenas, colocada pela Convenção 169 da OIT, que foi proposta para a identidade de coletividades, e não de indivíduos”, explica.

Como o modelo de autodeclaração gerou fraudes, o governo federal emitiu portaria prevendo a comissão de heteroidentificação, composta por membros que avaliam características fenotípicas dos candidatos autodeclarados. “A comissão é necessária, porém a heteroidentificação por si só é problemática, pois são muitos os casos fronteiriços de identidade étnica e racial, daí a necessidade da entrevista como condição necessária para a validação ou invalidação da autodeclaração do candidato.”

Hoje e amanhã...

Apesar das polêmicas, da resistência e das frequentes denúncias de fraudes no sistema de cotas, esta é a primeira política pública adotada pelo Estado brasileiro que busca reparar a população negra desde a abolição. Mas seguimos a passos curtos. “Minha simulação é de que, se ficarmos apenas com o ritmo atual das cotas na graduação, atravessaremos todo o presente século ainda como um dos países mais racista do mundo”, emenda José Jorge, que projeta um cenário mais justo para uma fatia grande da população, historicamente discriminada. “O que precisamos fazer é ampliar as cotas para além da graduação e intensificar, inclusive, a sua porcentagem nas profissões mais segregadas para acelerar o ritmo inclusivo e, assim, antecipar o momento de alcançar a plena igualdade étnica e racial em todos os espaços sociais”, encerra.

GRÁFICOS DA DESIGUALDADE



Fontes: Censo do Ensino Superior (2011), IBGE (2014) ONUBR.

Bancas contribuem para efetividade das ações afirmativas de reserva de vaga para negros

Desde a criação da lei que institui metade das vagas das instituições federais de ensino aos egressos de escola pública de baixa renda, autodeclarados pretos e pardos ou indígenas (nº 12.711/12) e da lei que estabelece a reserva de vagas para negros em concursos públicos (Lei nº 12.990/14), as controvérsias sobre raça e etnia, que já são complexas e históricas, vem se intensificando no Brasil.

Buscando minimizar erros e evitar fraudes na autoidentificação dos candidatos como pretos e pardos, o CEFET-MG instituiu as bancas de verificação e análise das informações declaradas. A primeira experiência concreta aconteceu em dezembro de 2017, com os alunos da primeira chamada para ingresso nos cursos técnicos e em janeiro e fevereiro de 2018, para as demais chamadas e para aqueles que entraram com recurso pedindo revisão do resultado.

“As discussões político-étnico-raciais não são simples e o Brasil sempre a jogou para debaixo do tapete. Desde a década de 1980, quando se começou a delimitar as ações afirmativas no País, nós, pesquisadores e integrantes do movimento negro, sabemos que o desenho que vem se construindo não é perfeito, mas que é um avanço e um passo muito importante”, analisa a coordenadora-geral da Coordenadoria de Gênero, Relações Étnico-Raciais, Inclusão e Diversidades do CEFET-MG (CGRID), professora Silvani Valentim. A CGRID é quem orienta o processo na Instituição, juntamente com a Comissão Permanente de Vestibular (Copeve). Além das leis citadas, são utilizadas a Portaria Normativa do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, que regulamenta a identificação complementar à autodeclaração para vagas em concursos públicos federais, e os critérios de raça e cor definidos pela Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

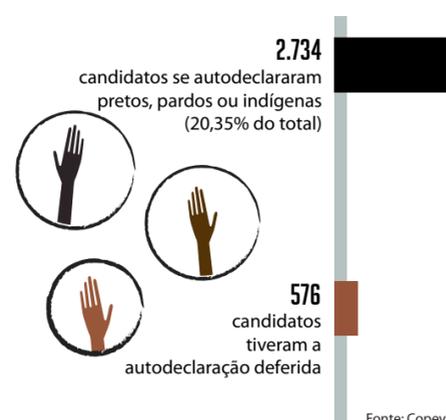
No CEFET-MG, as bancas são montadas de forma a garantir a diversidade étnico-racial dos membros (pretos, pardos e brancos) e conta com três servidores que já discutem ou pesquisam a temática. A coordenadora da CGRID destaca que é importante incluir participantes da sociedade civil organizada entre os verificadores, o que já está sendo analisado pelos organizadores.

A aferição das informações é feita presencialmente, com a convocação do candidato para apresentação perante a banca. Silvani explica que os verificadores buscam “achar o ‘preto’ no pardo”, identificando os traços fenotípicos, ou seja, as marcas visíveis que caracterizam a raça. “Busca-se os traços étnicos e não a ascendência, de forma a beneficiar realmente aqueles para os quais a política foi criada”, esclarece. Nas bancas já realizadas, os membros fizeram algumas perguntas sobre o autoconhecimento do candidato como preto ou pardo. A ideia é que, nas próximas verificações, os candidatos falem por si, com menos intervenção da banca, e que o momento seja registrado em vídeo, para constatar a retidão do processo.

Experiência

A promoção de momentos de escuta, de experimentação e de troca de conhecimentos foram fundamentais na implementação das bancas no CEFET-MG, contribuindo para identificar os procedimentos mais adequados para a sua atuação. Em 2016, por exemplo, aconteceu uma banca-piloto de verificação com os ingressantes dos cursos de graduação. Já em 2017, foi realizado o Seminário Regional de Inclusão e Diversidades na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que contou com a participação de servidores de todos os *campi* e possibilitou ampliar a discussão com outras instituições, como a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

PANORAMA DE AUTODECLARAÇÃO NO VESTIBULAR DOS CURSOS TÉCNICOS - CEFET-MG



COMO FUNCIONA A POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS?

De todas as vagas disponíveis, 50% são destinadas aos estudantes que cursaram integralmente o Ensino Fundamental ou Médio em escolas públicas. Dentro desses 50% é que se operacionaliza a reserva de vagas no CEFET-MG, podendo o candidato unir a formação em escola pública a qualquer um dos outros critérios, inclusive a mais de um deles:

- Candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) ou indígenas;
- Candidatos com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 de Salário Mínimo;
- Candidatos com deficiência.

Fonte: CGRI

Para especialista, Comissões de Autodeclaração podem garantir o direito a quem é de direito

Sancionada há quase seis anos pela então presidenta Dilma Rousseff, a Lei nº 12.711, ou “Lei de Cotas”, tem sido alvo de acalorados debates fora e dentro da própria academia. Pensando nisso, Kênia Eliber decidiu pesquisar sobre como a própria comunidade acadêmica (alunos cotistas e não cotistas e professores) julga a utilização das cotas, o que resultou na dissertação “Justiça de cotas na universidade e competência moral”. O **Diagrama** conversou com a mestra em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas (Unifae) e, hoje, doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano na Universidade de São Paulo (USP).

Diagrama - Com base no universo de amostra (alunos cotistas, alunos não cotistas e professores) da sua dissertação, o que é possível dizer, de maneira geral, sobre o julgamento que esse meio acadêmico em específico faz sobre as cotas?

Kênia Eliber - Utilizamos um questionário com seis argumentos favoráveis e seis contrários às cotas. No geral, a média foi para a aceitação das cotas nos três grupos. Entretanto, os argumentos que utilizavam critérios sociais para o julgamento foram considerados mais justos do que aqueles relacionados ao caráter racial, principalmente entre os não cotistas. Além disso, as questões que tratavam da meritocracia e qualidade da educação básica foram bem aceitas como argumentos contrários às cotas. Esses dados são preocupantes, visto que esse julgamento pode prejudicar a convivência e a permanência do aluno cotista na Universidade. Mesmo com a inexistência científica de raça, é notório que na realidade social, como no trabalho e escolarização, ela é um critério de exclusão e exploração.

Diagrama - Em 2016, você apresentou sua pesquisa de dissertação na conferência anual

da *Association for Moral Education*, na Escola de Educação de Harvard, nos Estados Unidos. Como foi a receptividade dos congressistas em relação ao seu tema?

Kênia Eliber - Participam os mais renomados teóricos de Educação Moral do mundo. Participei da Conferência em 2015, em Santos (SP), com resultados do teste piloto de pesquisa e, em 2016, com os resultados finais, submeti o artigo e foi aceito. Essa relação entre justiça de cotas e moralidade é muito bem aceita, pois as cotas são uma ferramenta efetiva para justiça social. A diversidade e a educação de qualidade são os principais promovedores do desenvolvimento moral dos sujeitos, e isso pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, cada vez mais necessária no contexto mundial.

Diagrama - Não faz muito tempo, houve várias denúncias de uso indevido das cotas por candidatos autodeclarados pardos e pretos. Desde então, tem-se discutido sobre a instituição de comissões para avaliar as autodeclarações. O que você pensa a respeito da constituição dessas comissões e do próprio processo de verificação com base em critérios fenotípicos?

Kênia Eliber - Este é um tema complexo e conflituoso, pois a avaliação externa poderia levar em conta, além da aparência física (fenótipo), vestimenta e maneira de se comunicar. Mesmo com essas dificuldades de averiguação, compreendo que essas comissões, estabelecidas legalmente, podem auxiliar na inibição de fraudes e consequentemente maior aceitação das cotas, principalmente as raciais. Fiz parte da Comissão de Averiguação de Autodeclaração na instituição em que atuo e pude perceber nessa experiência que a comissão já inibiu usos indevidos. Isso pode preservar o direito a quem é de direito!

Diagrama - Este ano você ingressou no doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo. Pretende continuar trabalhando com a questão das ações afirmativas nas Universidades Públicas?

Kênia Eliber - Sim, darei continuidade à pesquisa sobre ações afirmativas e desenvolvimento moral. No mestrado, a pesquisa foi quantitativa e surgiram alguns interesses de investigação os quais me proponho apurar. Na proposta, pretendo investigar o desempenho acadêmico e evasão dos ingressantes após as cotas. Procuro averiguar também como está sendo percebido o convívio entre os alunos não cotistas e cotistas e se houve algum tipo de dificuldade de aceitação dos alunos cotista, em especial, os ingressantes nas vagas de caráter racial, visto que é o tipo de cota de maior rejeição.



Kênia Eliber vai continuar pesquisando sobre a “Lei de Cotas” agora no doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, na USP

• VOCÊ TEM SEDE/FOME DE QUÊ? •

CEFET-MG propõe documento pioneiro no país para instituir Política de Arte e Cultura

Após dois anos de intensos debates e participação coletiva de membros das comunidades interna e externa, uma primeira versão da minuta com as diretrizes para uma política de arte e cultura está disponível até o fim de julho para sugestões, críticas, acréscimos

• André Luiz Silva •

“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. A música-protesto “Comida”, de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito, sucesso na voz dos Titãs, é quase um mantra às necessidades humanas por arte, cultura, diversão e, numa perspectiva abrangente, pela satisfação de tudo aquilo que extrapola bebida (água) e comida (pasto). Nesse sentido, arte, cultura e diversão é uma forma de “saída para qualquer parte...”, inclusive na escola, no processo formativo dos estudantes. Para agregar aos tradicionais dispositivos didáticos (aulas, provas, trabalhos), melhor, então, aliar essas atividades desenvolvidas em sala de aula com aquelas extraclasse, sobretudo, as que têm arte e cultura em sua essência.

Pensando nisso, a Coordenação Geral de Atividades Culturais (CGAC) do CEFET-MG,

desde o final de 2016, vem discutindo com a comunidade escolar um documento coletivo que reconheça arte e cultura como parte de seus processos formativos, educacionais e de trabalho. Nesse sentido, a CGAC, com apoio das Coordenações Locais de Atividades Culturais (CLAC), desde o primeiro semestre de 2017, fomentou rodas de conversas para debater com servidores e alunos dos *campi* do CEFET-MG alguns referenciais para coconstruir uma minuta com as diretrizes para uma Política de Arte e Cultura do CEFET-MG.

Uma primeira versão dessa minuta está disponível, até o fim de julho de 2018, para sugestões, críticas, apontamentos, acréscimos e avaliações a membros da comunidade interna e externa pelo link <https://goo.gl/xf6F78> ou pelo QR Code (ao lado). A expectativa é que se tenha,

até o fim de julho de 2018, uma versão definitiva dessa minuta com as diretrizes para apresentar aos Conselhos Superiores da Instituição.

De acordo com o coordenador-geral de Atividades Culturais, prof. Vitor Guimarães, debater abertamente e estabelecer diretrizes para as atividades artístico-culturais é de fundamental importância, pois, embora o CEFET-MG ainda não tenha uma política institucional para ações, atividades, projetos e eventos de arte e cultura, tais atividades desde sempre estão presentes “formando” e ajudando a formar nossos alunos e alunas. “Isso porque são produções humanas que, de forma quase orgânica, estão presentes em nosso cotidiano, manifestando-se dentro de nossos *campi* ou fora deles, estabelecendo algum tipo de relação com nossos corpos discentes e de servidores”, diz Vitor.

Minuta sobre arte e cultura é vanguarda no país

A minuta de diretrizes que vem sendo construída coletivamente por atores internos e externos ao CEFET-MG e que tem por objetivo, ao propor a criação de uma política de arte e cultura na Instituição, promover e ampliar o acesso às atividades artísticas, bem como fomentar o pleno exercício dos direitos culturais, é um instrumento de vanguarda em se tratando de política extensionista em âmbito nacional.

A presidenta do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Marilisa do Rocio Oliveira, leu a minuta e se surpreendeu com o teor da proposta: “Algumas Instituições de Ensino Superior do país têm suas resoluções sobre Arte e Cultura, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mas não tão completas como esta minuta. Acho louvável tal iniciativa e até me fez pensar em uma proposta específica como esta para propor aos Conselhos Superiores da UEPG, minha Instituição”.

Segundo a presidenta da FORPROEX, uma vez que ocorra a estruturação e a aprovação dessa minuta e ela se torne um instrumento institucionalizado no CEFET-MG, garante-se aplicações atemporais. “A importância maior está em assegurar políticas culturais institucionais e não meramente de plataformas político-administrativas ligadas a gestões específicas”, ressalta Marilisa do Rocio.

Compartilha dessa opinião o atual secretário municipal de Cultura de Belo Horizonte, Juca Ferreira, para quem a construção de políticas de arte e cultura nas universidades é a garantia do exercício dos direitos culturais da comunidade acadêmica e externa a ela, além de ser um instrumento que coloque as universidades em constante reflexões sobre suas próprias estruturas. “Por isso, é fundamental pensarmos em políticas e programas nas universidades que sejam capazes de fortalecer as práticas e saberes culturais nos processos educativos como um caminho para a qualificação e a ampliação do repertório cultural de jovens de todo país e garantia de seus direitos culturais. Vejo com louvor a iniciativa do CEFET-MG”, afirma Juca Ferreira, que ainda foi secretário-executivo do Ministério da Cultura (governo Lula), ministro da Cultura (governos Lula e Dilma) e secretário municipal de Cultura de São Paulo.



Com a Política de Arte e Cultura, todas as atividades de arte e cultura, como exposições, mostras, performances, farão parte de uma agenda cultural permanente

ÁREAS CONTEMPLADAS PELAS DIRETRIZES ATÉ AGORA :



MÚSICA



TEATRO



DANÇA E CULTURA CORPORAL



CINEMA E AUDIOVISUAL



ARTES VISUAIS



LITERATURA



CULTURA POPULAR, ARTESANATO E ARTES DE OFÍCIO



ARTE E TECNOLOGIA



Estudantes simulam discussões das Nações Unidas

Modelo de Comitês Simulados do CEFET-MG chega à oitava edição, colaborando para formar o pensamento crítico dos alunos a partir de debates de temas atuais

• Diogo Tognolo •

Entre 8 e 10 de junho, o *campus* I recebeu delegados e diplomatas de diversos países para discutir temas como a crise habitacional, direitos civis no Camboja, segurança cibernética e a luta pelos direitos das mulheres. Não, o CEFET-MG ainda não virou uma sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Mas é quase isso. Desde 2011, estudantes da Instituição realizam anualmente o Modelo de Comitês Simulados (MOCS).

O projeto surgiu como uma iniciativa de seis alunos do curso técnico em Mecânica. Impulsionados pela participação na MiniONU, modelo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), eles criaram a Comissão de Diplomacia do CEFET-MG (CODIC). A CODIC recebe novos membros anualmente e é responsável por organizar o MOCS e representar o CEFET-MG em outras simulações.

Para 2018, foram sete comitês (veja quadro), incluindo um comitê de imprensa responsável pela cobertura do evento. Dentro dos comitês, cada estudante representa o delegado de um país, sendo responsável por discutir temas da política internacional, de acordo com as posições da nação representada.

Para Isadora Brandão, estudante de Hospedagem e que atua como secretária-geral do MOCS, a experiência é muito proveitosa para os alunos. “O MOCS trabalha meu domínio de atualidades, política, história, economia e direitos humanos, a escrita, oratória, organização e planejamento”. A estudante entrou no Modelo em 2016, por meio de veteranos que já participavam do evento e elogiaram a iniciativa. Caso similar aconteceu com Gabriel Penido, estudante de Trânsito e secretário administrativo do MOCS. Gabriel participa do evento desde 2017, após ter contato com outros estudantes integrantes do MOCS e ter participado de outras simulações em escolas de Belo Horizonte. “O MOCS é um evento com uma gama de conhecimento e informação muito grande. Os valores que ele nos ensina acabam sendo muito necessários para os alunos que irão prestar o vestibular, na redação do ENEM em especial. Por três anos consecutivos, os temas da redação foram discussões abordadas em comitês do MOCS”, destaca Gabriel, lembrando ainda para a contribuição do MOCS na formação de adolescentes com pensamento crítico.

Os ganhos não ficam apenas no ensino médio: para alguns alunos, o MOCS abriu perspectivas de formação profissional. É o caso de Luiz Carlos Vieira, ex-estudante de Transporte e Trânsito do CEFET-MG, cursando atualmente Relações Internacionais na PUC Minas. Ele conta que sempre gostou de Geografia e que se interessou pelo evento. A partir daí, um novo

Fotos: Victor Andrade e Matheus Souza



caminho se abriu. “Eu não sabia que existia o curso de Relações Internacionais e não estava muito feliz com as possibilidades que Transporte e Trânsito me ofereciam, como Arquitetura ou Engenharia Civil. Hoje eu não me vejo estudando outra coisa”. Ter passado pelo MOCS o ajudou no curso. “O curso em si se trata de dar aparato teórico para que se façam análises de relações entre países e outros atores relevantes do sistema internacional. O MOCS simula exatamente uma das arenas onde essas relações acontecem”, explica.

Sustentabilidade e acesso

Para além de novos comitês, a edição de 2018 do MOCS reforça a iniciativa “MOCS Verde”. Como explica Isadora Brandão, o evento não usou copos descartáveis, nem fez a impressão de documentos. Além disso, todo o lixo seco gerado nos três dias de simulação foi encaminhado para a reciclagem. A edição também marca a estreia do “MOCS para todos”, iniciativa que, de acordo com Isadora, “visa a inclusão e colaboração”. Os estudantes de escolas públicas tiveram isenção da taxa de inscrição e o *coffee break* levou em conta as restrições alimentares dos estudantes. O evento também doou comida para instituições de caridade.

COMITÊS DO MOCS 2018

Conferência de Paris sobre o Camboja - a reestruturação da Paz e dos Direitos Civis no Camboja

Câmara dos Comuns - a Greve dos Mineiros de 1984

Grupo de Peritos Governamentais das Nações Unidas (UNGGE) - as relações internacionais no uso de tecnologias da informação: medidas cooperativas e políticas de segurança contra crimes cibernéticos

MUNDI Press - imprensa

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) - influência do ambiente educacional no desenvolvimento de transtornos psiquiátricos

II Conferência Internacional de Mulheres Comunistas (II CIMC) - a luta pelos direitos das mulheres no mundo industrializado

Conferência Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT) - urbanização na América Latina e Caribe: acessibilidade e crise habitacional